

# **III REUNIÃO DA REDE REGIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NOS PALOP**

Coimbra, Portugal, 5 e 6 de Junho de 2010

## **- Relatório -**

**ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (PORTUGAL)**

**ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ANGOLA)**

**RESCSAN – Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE)**

**RESSAN-GB – Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (GUINÉ BISSAU)**

**ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (MOÇAMBIQUE)**

**IFSN – Rede Internacional de Segurança Alimentar**

**Junho de 2010**

Iniciativa organizada por:



## Introdução

O presente relatório contém a sistematização da III Reunião da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP realizada em Coimbra, Portugal, nos dias 5 e 6 de Junho de 2010. Estiveram presentes os representantes de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Por dificuldades logísticas não foi possível contar com a participação dos representantes de Cabo Verde. Esta iniciativa realizou-se no marco do projecto IFSN (Rede Internacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar)<sup>1</sup> da qual esta rede é parceira e foi facilitada pela ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento<sup>2</sup>, no quadro das suas responsabilidades de facilitadora desta rede regional.

Esta reunião constituiu mais um passo para o estreitamento das relações entre a sociedade civil destes países, no seguimento das reuniões realizadas em Julho de 2007 (Fortaleza, Brasil) e Março de 2008 (Olinda, Brasil) e das inúmeras iniciativas desenvolvidas em conjunto ao longo dos últimos quatro anos.

Os **objectivos** propostos para a III Reunião foram os seguintes:

- Realizar um balanço das actividades realizadas a nível nacional, regional e internacional pelas Redes Nacionais e Rede Regional;
- Partilhar experiências e discutir estratégias de intervenção no marco das políticas de segurança alimentar e quadro legal do Direito à Alimentação.
- Estreitar os laços de trabalho conjunto e definir os próximos passos para fortalecer a Rede Regional dos PALOP;

A **comitiva** da reunião foi composta pelos seguintes representantes:

- Angola: Belarmino Jelembi, ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente;
- São Tomé e Príncipe: Maria Odete Aguiar, FONG-STP – Federação das ONGs de São Tomé e Príncipe;
- São Tomé e Príncipe: Celso Garrido, RESCSAN-STP – Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe;
- Moçambique: Saquina Mucavele, ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar de Moçambique;
- Guiné-Bissau: Carlos Rui Ribeiro, RESSAN-GB – Rede para a Segurança e Soberania Alimentar da Guiné-Bissau.
- Portugal: João N. Pinto, ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> A **Rede Internacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar (IFSN)** é uma iniciativa implementada globalmente pela ActionAid em parceria com outras organizações através de financiamento da Comissão Europeia. Actualmente integra 30 redes nacionais e regionais nas regiões África, Ásia e América Latina envolvendo mais de 1.400 organizações locais com o principal objectivo de fortalecer o diálogo entre governos e sociedade civil em matéria de segurança alimentar e direito à alimentação. Mais informações em [www.ifsan-actionaid.net](http://www.ifsan-actionaid.net).

<sup>2</sup> Mais informações em [www.actuar-acd.org](http://www.actuar-acd.org).

## Enquadramento

Vivemos um momento em que a situação de fome e insegurança alimentar se agravou. O contexto de crise alimentar global demonstrou de forma muito clara a necessidade de apostar em políticas e acções de segurança alimentar e nutricional (SAN) consistentes por forma a tornar a luta contra a fome mais efectiva. O trabalho em rede por parte da sociedade civil, quer a nível nacional quer regional (CPLP), pode contribuir para um diálogo político mais eficiente e eficaz através do envolvimento dos vários quadrantes da sociedade, em particular dos grupos mais vulneráveis e seus representantes.

As redes temáticas da sociedade civil têm demonstrado ser um mecanismo importante, tanto em termos de aprofundamento da cidadania e participação social, como de influência política, pois facilitam a abertura dos governos ao diálogo para a implementação efectiva dos marcos institucionais e legais do direito humano à alimentação e das políticas nacionais de SAN.

A metodologia de trabalho em rede constitui por isso uma importante ferramenta de trabalho para articular as reivindicações da maioria dos grupos vulneráveis, permitindo a discussão com outras partes interessadas, e trazendo as preocupações daqueles que não têm voz para os fóruns nacionais, regionais e internacionais.

O processo de criação e dinamização das redes da sociedade civil para a segurança alimentar a nível nacional e regional nos PALOP recebeu nos últimos anos contributos decisivos do projecto *IFSN – International Food Security Network*. Trata-se de um projecto que visa o fortalecimento de redes da sociedade civil do Sul para trabalharem os temas da segurança alimentar e direito à alimentação e assim participarem com mais qualidade no diálogo com os respectivos governos.

Nos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique), a mobilização das organizações para a conformação de redes nacionais da sociedade Civil para a segurança alimentar tem ganho força nos últimos anos, em particular desde 2007 quando se deu início a um trabalho conjunto através da Rede Regional para a Segurança Alimentar nos PALOP. Em 2009, com a renovação do projecto IFSN por parte da Comissão Europeia, a ACTUAR passou a integrar também formalmente o grupo de coordenação internacional do projecto com a responsabilidade de apoiar e dinamizar actividades conjuntas com a Rede dos PALOP.

As várias iniciativas que temos vindo a realizar conjuntamente através desta Rede Regional, em particular incitativas de lobby e advocacy, evidenciam a vontade, disponibilidade e capacidade deste grupo de organizações para contribuir e participar nas discussões enquanto interlocutores junto dos Governos nacionais e da CPLP para a definição e implementação das políticas e quadro legal para a segurança alimentar e o direito à alimentação.

Deste modo, e dando seguimento à “I Reunião da Rede Regional dos PALOP” realizada em Fortaleza, Brasil (Julho, 2007) e à “II Reunião da rede Regional dos PALOP” realizada em Olinda, Brasil (Março, 2008), pretende-se agora realizar mais uma reunião regional da rede com os objectivos e actividades que a seguir se descrevem.

## Síntese da Reunião

- Os participantes foram recebidos em Coimbra pela ACTUAR na sexta-feira, dia 4, seguindo-se um jantar convívio. O dia 5, sábado, foi reservado para visita a projectos de Hortas Urbanas dinamizados pela ACTUAR em conjunto com outros parceiros locais na cidade de Coimbra.



### Visita a projectos de Hortas Urbanas em Coimbra





- A reunião teve lugar no Domingo, dia 6, no Hotel Tivoli com a seguinte **ordem de trabalhos**:

09:00-10:30 Balanço de actividades (*Nível Internacional/Regional; Nível Nacional*)

10:30-11:00 Discussão sobre Avanços e Dificuldades

11:30-12:00 Coffee Break

12:00-13:00 Perspectiva de Actividades

13:00-14:30 Almoço

14:30-16:30 Definição de estratégia e próximos passos (*Nível Nacional; Nível Regional*)

16:30-17:00 Coffee Break

17:00-17:30 Conclusões e encerramento

Seguindo a ordem de trabalhos, começou-se por efectuar uma **revisão das actividades realizadas a nível internacional e regional**, desde a ultima reunião conjunta da rede em Março de **2008**. Sobre esse ano, discutiram-se os resultados da iniciativa realizada em Julho de 2008 no âmbito da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) realizada em Lisboa na qual a Rede Regional endereçou formalmente uma “Mensagem da Sociedade Civil pelo Direito à Alimentação” contendo propostas concretas e exigindo que o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional fossem colocadas como prioridade nas agendas políticas dos governos e na estratégia de cooperação dos seus Estados-Membros como garantia do cumprimento do Direito Humano à Alimentação.

Passando para o ano de **2009**, discutiram-se os resultados da iniciativa realizada em Maio de 2009, no âmbito da II Reunião de Ministros da Saúde da CPLP realizada em Lisboa na qual a Rede Regional entregou formalmente uma Mensagem pela Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional aos governantes da CPLP e demais participantes revelando a preocupação da sociedade civil com a insegurança alimentar e apresentava um conjunto de reivindicações e propostas aos Governos dos países da CPLP. Mencionou-se a iniciativa realizada em Junho de 2009, no seguimento das conclusões da IV Reunião dos Ministros da Agricultura da CPLP realizada em Brasília, no âmbito da qual a Rede Regional endereçou formalmente um Documento Conjunto ao Secretário Executivo da CPLP com comentários e sugestões sobre as principais decisões tomadas nessa reunião, nomeadamente sobre a proposta de criação de um grupo de trabalho para o tema da segurança alimentar e agricultura familiar ao nível da CPLP e sobre o Plano de Acção para a Segurança Alimentar anunciado pelos Governos. Por fim, ainda sobre o ano de 2009, referiu-se a iniciativa realizada em Novembro de 2009 sobre a participação na Reunião da Rede Internacional de Segurança Alimentar (IFSN) em Roma, 19 a 22. Durante a reunião foram desenvolvidas discussões em torno das actividades das áreas temáticas e estratégias a levar a cabo a nível internacional no âmbito da agenda política da segurança alimentar.

Relativamente ao ano de **2010**, discutiu-se a participação na XXVI Conferência Regional da FAO para África realizada em Luanda, Angola, na qual a Rede Regional integrou o painel oficial de eventos paralelos onde apresentou a comunicação “Governança Regional e Nacional da Segurança Alimentar: Experiências dos Países Africanos de Língua Portuguesa”. O documento foi entregue aos governos e demais participantes com o intuito de dar partilhar a experiência dos PALOP no



âmbito das políticas de segurança alimentar e mecanismos institucionais de diálogo e participação social. Em seguida fez-se um balanço da participação no Seminário da CPLP sobre Género e Acesso a Recursos Naturais, realizado em Lisboa na semana anterior à reunião, designadamente enquanto iniciativa de diálogo entre diferentes actores da CPLP (governos e sociedade civil) e FAO no que respeita à necessidade de melhorar os meios de vida de homens e mulheres rurais, visando um impacto positivo sobre a segurança alimentar e nutrição. Mencionou-se os resultados alcançados com a apresentação por parte da Rede Regional do estudo denominado “Integração de uma abordagem de género na gestão de recursos hídricos e fundiários” cujas conclusões foram apresentadas no seminário.

Em seguida passou-se à revisão de algumas iniciativas levadas a cabo pelas redes nacionais nos seus países. Começando por **São Tomé e Príncipe**, mencionou-se os importantes passos dados na consolidação da RESCSAN, designadamente os resultados da iniciativa realizada em Outubro de 2008, no âmbito do Seminário “Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e Direito Humano à Alimentação” em São Tomé e Príncipe, organizado pelo Governo com a participação da sociedade civil. Sublinhou-se o dia 16 de Outubro de 2008, Dia Mundial da Alimentação, quando decorreu o lançamento oficial da RESCSAN. Manifestou-se a boa relação que a rede mantém com o governo, designadamente com o novo executivo que entrou em funções recentemente e alguns projectos em curso no país com intervenção do BAD. Um dado importante mencionado foi a aprovação do projecto PDSA em parceria com a FONG e o IMVF que decorrerá ao longo dos próximos dois anos e que tem uma componente de fortalecimento da rede.

O representante de **Angola** mencionou os avanços ao nível do país com a aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSAN), designadamente a realização de consultas públicas com a sociedade civil, nas quais a ADRA desempenhou um papel fundamental enquanto mobilizador dos actores sociais. Foi sublinhada a expectativa que existe por parte da sociedade civil no quadro de implementação da ENSAN, em particular pela perspectiva de se vir a conformar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (CONSAN) enquanto espaço intersectorial com participação dos ministérios e sociedade civil para a condução da política.

O representante de **Moçambique** destacou várias iniciativas desenvolvidas, designadamente a realização de uma campanha sobre o direito à alimentação e uma capacitação para os parceiros da sociedade civil sobre essa temática. Sublinhou-se a boa relação de trabalho que vêm mantendo com as estruturas governamentais ao nível do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN).



O representante da **Guiné-Bissau** referiu o ponto de situação do processo de formulação do programa nacional de segurança alimentar que em breve deverá entrar em funcionamento. Referiu também a pouca mobilização que se tem verificado no seio da rede.

Seguidamente, e seguindo a ordem de trabalhos, discutiram-se os principais avanços e dificuldades sentidos pelas redes nacionais até momentos. Relativamente às principais **dificuldades** mencionou-se os poucos recursos disponíveis e a dificuldade em obter financiamentos para a realização de mais actividades. Esse entrave tem também tornado mais morosos os processos de fortalecimento das próprias redes nacionais, designadamente para a realização de encontros com os parceiros. A mesma dificuldade foi sentida no plano regional mencionando-se a necessidade de se realizarem mais encontros presenciais entre todos os países, para além dos contactos regulares (telefone, e-mail, conferências) que mantêm ao longo do ano. Outro ponto sublinhado prende-se com a questão da visibilidade da própria rede regional pelo que se torna fundamental desenvolver a sua imagem (logótipo, página Web, etc.).

Em termos de **avanços** destacou-se a crescente motivação por parte dos governos no âmbito da formulação e implementação das políticas nacionais de segurança alimentar que tem levado a um maior reconhecimento das redes nacionais. Referiu-se que existe uma maior capacidade de análise e diálogo nas temáticas da segurança alimentar e direito à alimentação e maior capacidade de lobby e advocacy a nível nacional e internacional uma vez que as redes nacionais e regional começam a ser reconhecidas como possíveis interlocutores para as temáticas da segurança alimentar e direito à alimentação.

Em seguida procedeu-se à discussão sobre as **perspectivas de actividades** para o futuro próximo. Este exercício baseou-se na análise ao nível nacional e regional para a identificação de momentos importantes nos quais as redes deveriam ter uma posição activa. Pela parte da **Guiné-Bissau** identificou-se o III Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional como uma boa oportunidade para aprofundar a discussão e avançar com a agenda da segurança alimentar.

Ao nível de **Angola** identificaram-se três momentos importantes onde a participação das redes poderia ser uma mais valia: 1) Conferência sobre Terra em Agosto de 2010; 2) Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável em Outubro onde os temas da SAN e biocombustíveis estarão na ordem de trabalhos; 3) 4ª Conferência Nacional da Sociedade Civil. Ademais, sublinhou-se o projecto que a ADRA tem em curso com a Cooperação Espanhola para disseminação da ENSAN e possíveis iniciativas com a sociedade civil.



Ao nível de **São Tomé e Príncipe** destacou-se o projecto PDSA no âmbito do qual se pretende realizar um Seminário sobre segurança alimentar e políticas públicas e um atelier de capacitação. Entendeu-se que seria uma boa oportunidade para mobilizar as redes nacionais para participar nessas iniciativas com o intuito de partilhar experiências e reforçar a mobilização da própria RESCSAN.

Ao nível de **Moçambique** destacou-se o actual processo em curso para tentar colocar o direito à alimentação na constituição e de formular uma Lei Nacional de SAN. Entendeu-se que essa deveria ser uma prioridade por parte da ROSA no sentido de colaborar com o governo. Referiu-se ainda que a ROSA deveria apostar na sensibilização/capacitação sobre essa temática no sentido de melhorar as competências dos seus parceiros da sociedade civil. Mencionou-se ainda a iniciativa em curso com a UNIFEM denominada “Fighting for Women Rights” e a sua importância para destacar as questões de género no âmbito das políticas de segurança alimentar.

Em seguida passou-se para a análise do **nível regional/internacional** tendo-se identificado as seguintes oportunidades: i) Iniciativas a realizar no Dia Mundial da Mulher Rural e Dia Mundial da Alimentação, respectivamente dias 15 e 16 de Outubro; ii) o III Simpósio de SAN da CPLP a realizar na Guiné-Bissau; iii) A manifestação revelada pelos governos da CPLP em avançar com a formulação de um programa regional de SAN e a constituição de um grupo de trabalho com a participação de governos e sociedade civil; iv) As conclusões do projecto FAO/CPLP em matéria de género e acesso a recursos naturais cujo seminário final a rede regional contribui com um estudo e recomendações; v) O processo de reforma do Comité Mundial de Segurança Alimentar e a sua importante reunião a ter lugar em Outubro próximo.

Em seguida interrompeu-se a reunião para um almoço convívio tendo os trabalhos prosseguido durante o período da tarde. Retomados os trabalhos, discutiu-se amplamente o quadro de intervenção estratégica para o segundo semestre de 2010 cujas conclusões se sintetizam no quadro seguinte:



Mês Acção	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	São Tomé e Príncipe	Moçambique	Regional
Jun.		I Fórum Sociedade Civil CPLP	Contactos Com. Org. Simpósio			
Jul.	Reunião Pontos Focais CPLP	Reunião Pontos Focais CPLP	Reunião Pontos Focais CPLP	Reunião Pontos Focais CPLP	Reunião Pontos Focais CPLP	Reunião CPLP
Ago.	Conferência Terra					Acções sensibilizaçã o Direito à Alimentação
Set.				Seminário e Capacitação SAN		Capacitação São Tomé e Fortalecimento RESCSAN
Out.	Conferência Desenv. Sustentável					Acção Reunião CFS, Roma
Nov.			Simpósio SAN Guiné			Simpósio SAN Guiné

## Conclusões

A reunião revelou-se, uma vez mais, um importante espaço para o aprofundamento das estratégias de intervenção das redes a nível nacional e da intervenção comum a nível regional/internacional no domínio da segurança alimentar, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação. As seguintes conclusões foram sistematizadas:

- Reconhece-se a importância dos processos de fortalecimento de redes nacionais da sociedade civil enquanto espaços de articulação para aprofundar o diálogo político e influenciar a agenda política em prol da segurança alimentar e do direito à alimentação.
- Reconhece-se a importância de fortalecer a rede regional enquanto espaço comum de reivindicação e influencia política da sociedade civil de forma coordenada no campo da segurança alimentar e direito à alimentação, designadamente junto da CPLP, FAO e União Europeia.
- Reconhece-se a necessidade de se aprofundarem os mecanismos de comunicação e visibilidade das redes nacionais e da rede regional, designadamente através da criação de um Logótipo e de um website.
- Reconhece-se a necessidade de alargar a rede ao espaço da CPLP envolvendo mais activamente a sociedade civil de Timor Leste, Portugal e Brasil.
- Reconhece-se a importância estratégica de trabalhar a nível nacional no sentido de se conformarem espaços interministeriais de diálogo e participação social no marco das políticas de segurança alimentar.

- Reconhece-se a necessidade de se aprofundarem os processos de troca de experiências e construção de capacidades entre os países no sentido de fortalecer mutuamente as redes nacionais.
- Reconhece-se a importância de capitalizar os recursos disponíveis na rede regional através do projecto IFSN com as iniciativas levadas a cabo pelas redes nacionais.

**Pelo exposto, e considerando o trabalho realizada ao longo dos últimos quatro anos de existência da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP, consideramos que os esforços que temos vindo a desenvolver a nível nacional, regional e internacional evidenciam a vontade, disponibilidade e capacidade desta da rede regional e das redes nacionais para participar nas discussões e intervir enquanto interlocutores junto dos governos nacionais e da CPLP para a definição e implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional nos países de expressão portuguesa.**

Coimbra, Junho de 2010

**ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (PORTUGAL)**

**ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ANGOLA)**

**RESCSAN – Rede da Sociedade Civil para Segurança Alimentar e Nutricional (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE)**

**RESSAN-GB – Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (GUINÉ BISSAU)**

**ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar (MOÇAMBIQUE)**

**IFSN – Rede Internacional de Segurança Alimentar**